



Participação popular marca análise de vetos pelo Congresso

Ato Médico, ProUni, desoneração da cesta básica e repasses da União foram primeiros temas analisados

Deputados e senadores analisaram ontem quatro vetos presidenciais. O presidente do Congresso, Renan Calheiros, destacou a importância do exame dos vetos como fortalecimento do Legislativo e elogiou a participação dos manifestantes. As galerias ficaram lotadas de profissionais a favor e contra o Ato Médico, um dos temas analisados. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

"Talvez este seja o grande momento do Congresso", diz Renan Calheiros, ao concluir a votação de vetos presidenciais: resultados deverão ser conhecidos hoje



Walter Pinheiro (D), relator da MP, fala na comissão que aprovou o texto

Avança MP que destina R\$ 3 bi a prefeituras e reduz preço do etanol

A MP 613/2013 foi aprovada em comissão especial e agora vai para a Câmara.

Texto socorre municípios e prevê incentivo tributário à produção de etanol. **4**

IR pode incluir dependente de até 32 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que estende de 21 para 28 anos a idade máxima de filho ou enteado que o contribuinte poderá incluir

no Imposto de Renda. Se o dependente estiver na universidade ou em escola técnica de ensino médio, o limite poderá ser ainda maior: 32 anos. **5**



Benedito de Lira (E), relator da proposta na CAE, dá parecer favorável ao projeto, que segue para análise da Câmara

Relator do Código Penal mantém aborto e eutanásia como crimes 2

Superintendente sustenta solidez dos fundos de pensão estatais 6

Isenção de ISS para a Fifa é rejeitada pela Comissão de Educação 7

Comissão Mista de Orçamento deve votar LDO 2014 até amanhã 4

Aprovado desconto da matrícula em anuidade escolar. Texto vai à Câmara 7



Clodoaldo Huguency, da CNA; Ivan Ramalho, do Mercosul; senador Ferraço, presidente da CRE; Giannetti da Fonseca, da Fiesp; e José Augusto Coelho, da CNI

Indústria quer dar flexibilidade ao Mercosul

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, representantes do setor criticaram falta de estabilidade nas regras e pediram uma definição para o futuro do bloco. **8**

Relatório do Código Penal mantém aborto como crime

Taques, relator da proposta, redigiu substitutivo que dificulta a progressão da pena, considera ilegal a eutanásia e transforma a corrupção em crime hediondo; novas emendas poderão ser sugeridas ao projeto

O AUMENTO NO rigor para a concessão da progressão de regime (do fechado para o semiaberto e o aberto), novas medidas contra a corrupção e a manutenção do aborto e da eutanásia como crimes são alguns dos pontos previstos no substitutivo ao projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) que foi apresentado ontem pelo relator, Pedro Taques (PDT-MT), à comissão especial do Senado que trata da matéria.

Para construir o texto, Taques analisou mais de 600 emendas de senadores. A proposta original foi apresentada ano passado por uma comissão de juristas.

Aborto

Na opinião do relator, a eutanásia deve ser mantida como crime de homicídio e a ortotanásia (suspensão dos procedimentos médicos em casos irreversíveis) permanece como conduta atípica. Também a permissão do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação em razão da falta de condições da mulher de arcar com a gravidez — possibilidade introduzida pelo texto original — foi excluída por Taques:

— A possibilidade de exclusão do aborto como crime seria inconstitucional.

A proposta, porém, mantém a sugestão dos juristas que permite a possibilidade de aborto de feto anencefálico, o que, lembrou o relator, segue uma decisão tomada pelo Supremo



Os senadores Pedro Taques e Eunício Oliveira na comissão do Código Penal

Tribunal Federal em 2012.

Taques classificou de “mimetismo” da legislação europeia o dispositivo do projeto que estabelece a presunção de que determinada quantidade de droga seria para uso próprio do portador. Para ele, a mudança traria dificuldade a juízes.

— Aquele agente que milita no tráfico de entorpecentes pode se utilizar de estratégias como divisão da quantidade de substância para que essa presunção possa se fazer presente.

Outra modificação proposta por Taques aumenta o rigor no prazo de progressão de regime, que hoje é assegurado a partir do cumprimento de um sexto da pena. Pelo substitutivo, seria necessário cumprir um quarto da pena.

— A meu juízo, o modelo atual de progressão de regime é absurdo, porque um cidadão que retira a vida de um semelhante não pode ficar preso apenas um ano [caso tenha recebido uma pena de seis anos de prisão] — disse.

A tipificação da corrupção

como crime hediondo, não prevista pela comissão de juristas, foi incluída no substitutivo, segundo Taques, “para que tenhamos adequação com o que foi aprovado no Plenário do Senado”, numa referência à aprovação do PLS 204/2011.

Calendário

O novo texto também aumenta o rigor no combate ao enriquecimento ilícito e criminaliza a doação eleitoral ilegal.

Taques decidiu abrir exceção aos crimes de racismo ou discriminação no exercício do “livre pensamento crítico”, especialmente no caso de opinião artística ou religiosa.

— Temos que buscar aqui uma ponderação entre a proteção da dignidade da pessoa humana e a manutenção dessas liberdades — afirmou.

A comissão especial aprovou o calendário de tramitação do projeto. De 2 a 13 de setembro, o substitutivo receberá novas emendas dos senadores. Taques emitirá um novo parecer até 27 de setembro.

CPI mostra a Joaquim Barbosa falha da Justiça na proteção da mulher



A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional que apurou a omissão do poder público no combate à violência contra a mulher entregou ontem o relatório final das investigações ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa.

A CPI identificou omissões da Justiça no cumprimento da Lei Maria da Penha. No relatório, a comissão aponta que em alguns estados os tribunais estão aplicando a suspensão condicional do processo em crimes de violência doméstica contra a mulher, contrariando decisão do STF. Entre as recomendações para o CNJ, está a criação de um órgão independente para tratar especificamente da aplicação da Lei Maria da Penha.

Segundo a senadora Ana Rita (PT-ES), que foi relatora da CPI, o ministro Joaquim Barbosa analisará o documento e o divulgará entre os demais ministros do STF.

Senado lança cartilha sobre Lei de Acesso à Informação



Todos os órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário precisam publicar nos próprios sites, desde 1º de junho, o rol de informações classificadas e desclassificadas e relatórios estatísticos sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI). Para orientar o poder público, o Senado lançará hoje uma cartilha com o passo a passo da nova lei.

Resultado de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, a cartilha apresenta de maneira simples as orientações sobre a melhor forma de o cidadão ter acesso à informação pública, as exigências de confidencialidade e os cuidados com os documentos. Também facilita a tarefa das assembleias estaduais e das câmaras municipais, disponibilizando dicas para tornar mais eficientes a gestão de dados públicos e a publicação nos sites das instituições.

— Nossa expectativa é que essa cartilha sirva para ampliar o exercício do direito à informação no Brasil, bem como o controle da administração pública pela sociedade — diz Flexa Ribeiro, primeiro-secretário do Senado.

Renan recebe Rodrigo Janot, indicado para o Ministério Público Federal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem Rodrigo Janot, indicado pela presidente Dilma Rousseff para procurador-geral da República no lugar de Roberto Gurgel, que deixou o cargo após dois mandatos sucessivos.



a indicação do procurador será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após sabatina do indicado. A próxima etapa é a análise pelo

Plenário da Casa. A data da sabatina ainda será definida. Segundo o gabinete da Presidência do Senado, Janot disse a Renan que sua gestão será marcada pelo diálogo. Afirmou também que vai buscar estabelecer pontes com as instituições.

Plenário da Casa. A data da sabatina ainda será definida.

Segundo o gabinete da Presidência do Senado, Janot disse a Renan que sua gestão será marcada pelo diálogo. Afirmou também que vai buscar estabelecer pontes com as instituições.

Presidente do Senado se encontra com Zeev Elkin, vice-ministro de Israel

Na tarde de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu uma visita de cortesia do vice-ministro de Relações Exteriores do

Estado de Israel, Zeev Elkin.

Renan lembrou ao chanceler que esteve em Israel quando ocupava o cargo de ministro da Justiça, em 1997.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Banco da Terra

14h Na pauta, projeto que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e proposta que reduz alíquotas no setor de transporte municipal.

PRESIDÊNCIA Ministro da Saúde

11h O senador Renan Calheiros participa de lançamento de cartilha; às 12h, recebe o presidente da Associação dos Juizes Federais, Nino Toldo; às 14h30, participa de reunião da bancada do PMDB e recebe o ministro da Saúde, Alexandre Padilha; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CI Impacto da educação

7h30 Em debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o impacto de longo prazo da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social. O colegiado também analisa a indicação de Waldyr Martins Barroso para diretor da Agência Nacional do Petróleo.

CAS Investimento em saúde pública

9h Na pauta de votação da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que determina o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

CDR Crédito rural

9h A comissão examina projeto que modifica parâmetros de renegociação das dívidas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

CCJ Terras indígenas

10h Em análise, projeto sobre o Estatuto do Índio, que estabelece demarcação de terras indígenas após a realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena. Pauta inclui ainda proposta que trata do voto facultativo.

CARTILHA Lei de Acesso à Informação

11h Lançamento de cartilha sobre a Lei de Acesso à Informação, desenvolvida pelo Senado em parceria com a UFMG.

MERCOSUL Eleição de representantes

14h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) discute as normas para a eleição dos representantes do Brasil naquele parlamento. As eleições diretas devem ocorrer em 2014.

CMO LDO 2014

14h30/18h A Comissão Mista de Orçamento faz reunião para análise de alteração no parecer preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Encarte do **Jornal do Senado** discute a violência contra a mulher no Brasil: www.senado.gov.br/mariadapenha

Congresso examinou vetos aos projetos sobre o Ato Médico, a ampliação do ProUni, a desoneração de produtos da cesta básica e os repasses da União a estados e municípios

Manifestantes acompanham exame de vetos no Congresso

MANIFESTANTES SE AGLOMERARAM ontem no Congresso e fizeram intensas manifestações nas galerias, a favor e contra os vetos presidenciais. Senadores e deputados analisaram quatro vetos parciais da presidente Dilma Rousseff (*veja quadro*) em sessão que foi encerrada pouco antes das 22h.

A maior pressão esteve sobre os vetos à Lei 12.842/2013, conhecida como Ato Médico. A lei que disciplina o exercício da medicina teve dez itens vetados pelo Poder Executivo, como o artigo que permite somente aos médicos fazer diagnósticos e prescrições terapêuticas e os que tratam da competência profissional para exercer cargo de direção e chefia de serviços médicos e hospitalares.

Durante a discussão e a votação da matéria, médicos e profissionais de outras categorias da saúde lotaram as galerias da Câmara. Eles não pouparam vaias e aplausos aos parlamentares, que se revezavam na tribuna, defendendo a



Sessão do Congresso de ontem examinou vetos, entre eles, à Lei do Ato Médico

derrubada ou a manutenção dos vetos. Após a votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a apuração da votação poderia ser concluída já nesta madrugada.

É necessário o apoio de 257 deputados e 41 senadores para derrubar um veto. Segundo Renan, 458 deputados e 70 senadores votaram. A apuração ficou a cargo do Prodasen.

Setembro

Outra sessão do Congresso já foi marcada para 17 de setembro para a análise de mais vetos. Também já constam da pauta duas proposições que,

por acordo de líderes, não foram examinadas ontem: o projeto de lei que acaba com a multa de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos casos de demissão sem justa causa e a Medida Provisória 610/2013, que reduz as dívidas de produtores rurais.

Renan disse que pretende contribuir para a votação de todas as matérias em tramitação no Congresso.

— O processo legislativo exige em todos os momentos conversas, diálogos. É fundamental que se aproveite cada dia para tentar construir uma solução — afirmou.

Entenda os vetos

► **Veto 22, referente à MP 606/2013 (promove alterações no Pronatec e no ProUni):** O governo vetou a possibilidade de facultades particulares municipais integrem o ProUni (Programa Universidade para Todos), argumentando que elas não se submetem aos processos de regulação e supervisão da União. Também vetou o item que garantia, na formação e capacitação para profissionais do Pronatec, a “plena participação de pessoas com deficiência”. Para o governo, não há previsão dos parâmetros para essa implantação.

► **Veto 23, referente à MP 609/2013 (desonera a cesta básica):** O governo retirou da lista produtos acrescentados pelos parlamentares — como carne de frango, pão de fôrma, biscoito, suco, escova de dente, fralda e absorvente — por não indicar a origem dos recursos para cobrir as isenções, em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

► **Veto 24, referente ao PLS 268/2002 (Ato Médico):** Foram vetados dez itens. O mais controverso é o que permitia somente aos médicos fazer diagnósticos e prescrições terapêuticas. Entidades que representam os médicos defendem a derrubada dos vetos, enquanto representantes de outras profissões ligadas à saúde defendem a manutenção.

► **Veto 25, referente ao PLS 24/2013 (novas regras para o FPE):** Foi vetado o artigo que determinava que as desonerações concedidas pelo governo incidiriam apenas sobre os recursos da União, sem afetar os repasses para os estados. Para o governo, o artigo é inconstitucional e “limita o escopo de política econômica característico das desonerações”.

Para Renan, galeria cheia é “evidência da democracia”

Ao encerrar a votação dos vetos presidenciais à Lei do Ato Médico, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, disse que a presença dos manifestantes nas galerias era uma evidência da democracia.

— Vocês foram aguerridos, criativos e competentes. A presença de todos, de ambos os lados, é fundamental para

o Congresso se aproximar cada vez mais da sociedade brasileira — disse Renan.

Ele também destacou a importância da sessão de ontem.

— Talvez este seja o grande momento do Congresso. Nós estamos, pela primeira vez, apreciando vetos que trancam a pauta em 30 dias.

Às 21h, enquanto os vetos

eram debatidos no Plenário da Câmara, manifestantes chegaram a forçar passagem por portas de vidro para entrar no prédio.

Médicos e profissionais de outras categorias da saúde lotaram as galerias do Plenário para acompanhar a discussão e votação da matéria. Eles não pouparam vaias e aplausos aos

parlamentares, que se revezavam na tribuna, defendendo a derrubada ou a manutenção dos vetos.

Mais cedo, os profissionais da saúde se juntaram a policiais e invadiram a sessão da Câmara, que foi suspensa. Os policiais defendiam a PEC 300, que cria piso nacional para policiais e bombeiros militares.

Fim da multa de 10% do FGTS vai ser analisado na próxima sessão

O líder do PT, senador Wellington Dias (PI), disse que, em razão da votação dos primeiros itens da pauta, incluindo o Ato Médico, não seriam analisados os vetos ao projeto que acaba com a multa adicional de 10% do FGTS nas demissões sem justa causa e à MP 610/2013, que reduz as dívidas de agricultores. Segundo regras aprovadas em julho, esses vetos trancarão a pauta a partir da próxima semana.

Antes da votação, o líder

do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), afirmou que, mais uma vez, o governo usaria o “rolo compressor”, esmagando a minoria.

Por meio de nota, a Presidência do Senado informou que somente seriam pautados os vetos que já estivessem trancando a pauta do Congresso.

Wellington disse que os demais itens ficarão para a sessão do Congresso do próximo mês ou uma sessão extraordinária.

Governo articula manutenção de vetos ao Ato Médico

A poucas horas da sessão do Congresso Nacional destinada ao exame de vetos presidenciais, ministros articulavam com líderes da base do governo a manutenção dos vetos ao Ato Médico (Lei 12.842/2013).

Após reunião com o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), e os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Gim (PTB-DF), a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, encontraram-se com Renan Calheiros para apresentar proposta de manutenção dos vetos à Lei 12.842. Foi suprimido o veto que tornou sem efeito a reserva aos médicos dos diagnósticos e prescrições terapêuticas.

Presidente do Senado afirma que Dilma não influenciou escolha

Ao comentar a escolha dos quatro vetos a serem apreciados na sessão do Congresso Nacional de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, negou qualquer pressão do Palácio do Planalto. Ele afirmou que a presidente Dilma Rousseff, com quem se reuniu na segunda, não tratou especificamente de nenhum item, mas mostrou preocupação com a “deterioração das contas públicas”.

— Isso também é o nosso compromisso, mas a preferência, a decisão, é sempre dos líderes e do Plenário — afirmou.

Renan explicou que os líderes priorizaram as matérias que começam a trancar a pauta por extrapolarem o prazo de 30 dias para exame.

Cyro critica veto de Dilma ao fim da multa de 10% sobre saldo do FGTS

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a presidente Dilma Rousseff parece não querer sintonizar-se com o Congresso Nacional. O senador fez a afirmação em discurso ontem, ao criticar o veto ao projeto de lei que extingue a multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em demissões sem justa causa.

Na interpretação de Cyro, o governo federal parece ter “uma espécie de ranço contra a classe empresarial”, pois opta por manter a multa em vez de incentivar a produtividade do empresário.

Congresso não pode se curvar à vontade do Planalto, diz Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu ontem a votação do veto presidencial que mantém a multa adicional de



10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadores, em casos de demissão sem justa causa (VET 27/2013). Para o senador, retirar o veto da pauta do Congresso é “curvar-se diante do Executivo”, que estaria pressionando os líderes das duas Casas.

— O Congresso Nacional precisa se afirmar como instituição e não se subordinar às vontades do Palácio do Planalto — afirmou.

Jayme defende derrubada de veto aos papiloscopistas

Em discurso no Plenário ontem, Jayme Campos (DEM-MT) defendeu a derrubada do veto presidencial ao projeto que garante aos papiloscopistas a condição de peritos oficiais, além de exigir concurso público e nível superior para o exercício da função (PLS 244/2009).

— O PLS 244 não apresenta, nem de longe, qualquer razão que justifique o seu veto — afirmou.

O senador disse que o veto é uma afronta à capacidade dos diversos profissionais e órgãos técnicos por cujo crivo passou a proposta.



Renan Calheiros coordena reunião de líderes do Congresso que definiu a pauta

Proposta também trata de incentivos à indústria química e petroquímica, de portos secos e de socorro de R\$ 3 bilhões às prefeituras

MP que barateia etanol passa em comissão e precisa ser votada até dia 4

A MEDIDA PROVISÓRIA que concede desonerações tributárias aos produtores de etanol e à indústria química e petroquímica (MP 613/2013) tem pouco tempo para ser aprovada pelo Congresso. O prazo de validade termina em 4 de setembro. A MP foi aprovada ontem pela comissão de deputados e senadores designada para analisá-la e agora precisa passar pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A comissão incluiu na MP dois assuntos: a regulamentação dos portos secos e um socorro de R\$ 3 bilhões aos municípios. Segundo o relator do texto, senador Walter Pinheiro (PT-BA), a inclusão desses itens foi um pedido da presidente Dilma Rousseff.

A MP permite que os produtores de etanol e a indústria química e petroquímica sejam beneficiados pelo chamado crédito presumido no PIS-Pasep e na Cofins. Ao defender a medida, Pinheiro argumentou que ela viabiliza o álcool combustível como “opção economicamente atrativa para os consumidores”, uma vez que os preços hoje



Senador Walter Pinheiro (D) conversa com parlamentares sobre a Medida Provisória 613/2013, da qual é relator

estão “pouco convidativos”.

O senador também destacou a importância da medida para o setor químico e petroquímico. A MP desonera matérias-primas para a primeira e a segunda geração petroquímica.

Portos secos

A regulamentação dos portos secos (depósitos alfandegários para produtos importados ou destinados à exportação) estava prevista em outra medida provisória, a MP 612/2013. Mas, como o prazo de vigência dela terminou no início de agosto sem que fosse aprovada no

Congresso, a regulamentação foi incluída na MP 613.

O objetivo das novas regras, diz Pinheiro, é aumentar a competição no setor e ampliar a infraestrutura logística do país, “para colocar um fim nas longas filas que existem nos portos marítimos”.

Outro item inserido na MP 613 foi o auxílio de R\$ 3 bilhões aos municípios — que havia sido anunciado por Dilma em julho, durante a Marcha dos Prefeitos. Segundo Pinheiro, a ajuda será paga em duas parcelas: a primeira até 15 de setembro e a segunda até 15

de abril. Os repasses serão utilizados no custeio de serviços públicos.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) criticou a inclusão de “temas estranhos” ao objetivo original da MP e afirmou que vai levantar a questão durante a votação na Câmara.

— Isso é um verdadeiro jabuti — protestou.

Lembrando que o prazo se encerra em 4 de setembro, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que a Câmara precisa aprovar a MP nesta semana para que possa ser votada na semana que vem pelo Senado.

Ex-diretor da BR Distribuidora pode ser chamado a esclarecer denúncia

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) votará na semana que vem um convite ao ex-diretor da BR Distribuidora João Augusto Henriques para que esclareça uma denúncia de

corrupção na Petrobras. De Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Alvaro Dias (PSDB-PR), o requerimento se refere a uma reportagem da revista *Época* sobre um esquema de corrupção na Petrobras para favorecer políticos.

Adiada decisão sobre projeto de lei que trata de madeira apreendida

Foi transferida para a semana que vem a votação do projeto que autoriza a destinação para construção de casas populares de madeira extraída ilegalmente e apreendida pela fiscalização. O projeto (PLS 172/2007) constava da pauta de ontem da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), mas não houve votação por falta de quórum. O presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), marcou a próxima reunião para a terça-feira.

Relator espera aprovar LDO em comissão até amanhã

O relator da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013), deputado Danilo Forte (PMDB-CE), espera aprovar o texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) até amanhã. Depois da comissão, o PLN precisará ser votado em sessão do Congresso.

De acordo com Forte, 80% das 4.085 emendas apresentadas foram acolhidas no relatório final. Apenas as emendas incompatíveis com a LDO e sem relação com o planejamento do Plano Plurianual 2012-2015 foram rejeitadas.

Um dos itens aceitos foi o que estabelece que o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc), do Tesouro Nacional, terá validade de quatro meses. A ferramenta on-line é utilizada

para indicar, automaticamente, se o município ou estado que recebe transferência de recursos da União está em dia com as exigências legais.

— As certidões são renovadas a cada duas horas pela Receita Federal, tornando impossível a execução dos convênios — afirmou Forte.

De acordo com ele, a medida foi um pedido da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Segundo a entidade, 93% dos municípios estão impedidos de receber transferência de convênios por causa de inadimplências.

O relator incluiu na LDO a redução para 0,01% da contrapartida obrigatória de estados

e municípios para execução de programas com verba federal.

— Essas contrapartidas vão ser reduzidas ao máximo possível. Muitas vezes, os estados não têm condições de dar essa contrapartida — explicou.

O deputado disse que o pedido para alteração partiu dos reitores de universidades estaduais, que não conseguiam executar os programas. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige contrapartida de estados e municípios que realizam programas com recursos federais.

Várias emendas acolhidas pelo relator pedem autorização para as Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal

elaborarem as próprias propostas orçamentárias. A medida foi possível graças à aprovação da Emenda Constitucional 74 (oriunda da PEC 207/2012), que estende a essas defensorias a autonomia funcional e administrativa que foi concedida às defensorias estaduais na reforma do Judiciário.

O novo relatório, segundo Danilo Forte, foi feito já de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 565/06), que torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento até o total de 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior.

A PEC precisa ser votada em segundo turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

(Da Agência Câmara)

Casildo vê risco de desabastecimento de gás na Região Sul

Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com uma possível falta de gás para as empresas da Região Sul. Segundo o senador, o volume de gás disponibilizado pela Petrobras em Santa Catarina já não é suficiente para atender as necessidades. Cerca de 60 empresas, desde aquelas do setor de alimentos até as do setor automotivo, estão esperando o aumento da oferta. Segundo ele, algumas já estão abortando projetos.

— Apesar dos apelos, não houve resposta da Petrobras nem ação efetiva da Agência Nacional do Petróleo.

Agricultor ainda não recebeu dinheiro do seguro rural, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou a manifestação da Federação da Agricultura do Paraná segundo a qual, passados dois meses e meio, o governo ainda não repassou “nenhum centavo” dos R\$ 700 milhões prometidos pela presidente Dilma Rousseff para o seguro rural:

— O governo faz a festa ao anunciar e logo se esquece. Tem sido assim. Em relação à agricultura, o governo deveria adotar outro comportamento, em respeito aos produtores rurais, que têm sido importantes no momento de crise. A agricultura enfrenta neste momento essas dificuldades, que podem ser superadas. Basta que o governo cumpra seus compromissos.

Humberto: emenda parlamentar deveria ser extinta

Para Humberto Costa (PT-PE), a extinção das emendas parlamentares ao Orçamento da União traria benefícios ao país.

— O instituto da emenda parlamentar deveria ser banido das nossas leis, da Constituição — disse, acrescentando que o papel do parlamentar não é indicar locais para a realização de obras ou receber pedidos de prefeitos para obras, mas sim fiscalizar as ações do Poder Executivo, legislar, defender os estados, o país e o povo.

Das mais de 4 mil emendas apresentadas à proposta, Danilo Forte aceitou em torno de 80%

Projeto aprovado terminativamente ontem na Comissão de Assuntos Econômicos deve ir agora para a Câmara dos Deputados

Dependente com até 32 anos poderá ser incluído no Imposto de Renda

PROPOSTA QUE ESTENDE de 21 para 28 anos a idade de filhos ou enteados que o contribuinte pode incluir como dependentes do Imposto de Renda (IR) foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se estiverem cursando faculdade ou escola técnica de ensino médio, o limite pode ser ampliado de 24 para até 32 anos.

Irmão, neto e bisneto do contribuinte, desde que sem arrimo dos pais, também poderão ser incluídos como dependentes do IR até o limite de 28 anos ou, se estudando, 32 anos.

O projeto (PLS 145/2008), apresentado pelo então senador Neuto De Conto, deve ser enviado agora à Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

O relator do projeto na CAE, Benedito de Lira (PP-AL), colocou duas condições para a inclusão de irmão, neto ou bisneto como dependentes no



Relator, Benedito de Lira condicionou o benefício à comprovação de guarda e dependência desde antes dos 18 anos

IR: se for menor de 18 anos, do qual o contribuinte detenha a guarda judicial, ou maior de 18, do qual o contribuinte detenha a guarda desde a menoridade, com a comprovação de dependência econômica ininterrupta. As mesmas condições se aplicam à inclusão de pessoa pobre que o contribuinte crie e eduque. O limite de idade, que era fixado em 21 anos pela Lei 9.250/1995, também é ampliado para 28

anos. Mas, ao contrário dos demais dependentes, o projeto não prevê a possibilidade de continuidade dessa dependência até os 32 anos.

Mercado

A justificativa de Neuto De Conto para o projeto é de que o ingresso das pessoas no mercado de trabalho tende a ser tornar cada vez mais tardio. Segundo ele, uma profissão de nível superior, incluindo a

graduação, o estágio prático e a pós-graduação, pode exigir em torno de dez anos ou mais do candidato ao mercado de trabalho.

Para o relator, as emendas visam eliminar impropriedades no texto e manter a exigência de comprovação de que o contribuinte já detinha a guarda da pessoa quando ela era menor de idade, assim como a de continuidade da relação de dependência econômica.

Aprovada proposta que dá prioridade para pessoa com deficiência na restituição

Pessoas com deficiência poderão ter prioridade na liberação da restituição de Imposto de Renda. A concessão do benefício é prevista em projeto (PLS 571/2011) de Vital do Rêgo (PMDB-PB) aprovado em decisão terminativa, ontem, pela CAE.

O relator na comissão foi Benedito de Lira (PP-AL). Ele encampou substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que,

por sua vez, agregou emenda da Comissão de Direitos Humanos (CDH) mudando a denominação dos beneficiários no texto original — de “portador de deficiência física” para “pessoa com deficiência”.

— O substitutivo aumenta a abrangência do incentivo, pois inclui outros tipos de deficiência, como a mental, que merecem atenção do Poder Legislativo — ressaltou Benedito de Lira.

O relator considerou ainda que, ao privilegiar o princípio da capacidade contributiva, o PLS 571/2011 concede às pessoas com deficiência, que costumam ter menor disponibilidade de recursos em função do volume de gastos com saúde, um certo “alívio financeiro”. Também observou que a proposta mantém a prioridade de recebimento da restituição do IR já assegurada ao idoso.

Como foi aprovado o substitutivo, o projeto passará por um turno suplementar de votação na CAE, antes de ser encaminhado à análise dos deputados.

Os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Taques elogiaram a iniciativa, afirmando que a aprovação da proposta trará benefício às pessoas com deficiência e não terá ônus para os cofres públicos.

Novo marco legal para contratação de obras públicas

A responsabilização de projetistas e consultores por danos decorrentes de falhas de projeto, orçamento ou parecer é uma das novidades previstas em proposta do novo marco legal para a contratação e execução de serviços de engenharia na administração pública brasileira.

O projeto (PLS 56/2012), de Pedro Taques (PDT-MT), foi aprovado pela CAE e deve seguir, agora, para as Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo a proposta, os responsáveis por projetos técnicos de engenharia e arquitetura poderão ser proibidos de prestar serviços, direta ou indiretamente, à administração pública, por até dois anos, por erros ou omissões de projeto. O

projeto sujeita à mesma sanção executores, supervisores e fiscais de obras quanto a descumprimento de especificações. Também atribui ao contratado para a execução da obra o dever de revisar os projetos licitados. Mesmo assim, não afasta a responsabilidade solidária dos agentes públicos pelos vícios e defeitos que poderiam ter evitado no exercício regular de suas atribuições legais e contratuais. Segundo a proposta, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, com os próprios recursos financeiros, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de erros de projetos, de execução ou de materiais empregados.

Em caso de risco iminente de dano ao erário, a administração

pública poderá adotar o procedimento cautelar de reter valores em contratos administrativos com indícios de sobrepreço, conferindo ao contratado “direito ao contraditório e à ampla defesa”.

A proposta prevê a aplicação subsidiária ao novo marco legal dos princípios da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e dos dispositivos das leis de diretrizes orçamentárias dos entes federados. Trata da execução dos contratos, da responsabilidade técnica pela execução e fiscalização das obras, de garantias contratuais, medições e pagamentos de serviços executados, das sanções administrativas e da tutela judicial, entre outros temas. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou emendas visando aperfeiçoar o texto.

Francisco Dornelles saúda reeleição do presidente da Firjan

Em discurso ontem, Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou satisfação com a reeleição do empresário Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira para a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Segundo Dornelles, o empresário reeleito possui “grande habilidade política” e tem tido papel importante na defesa do estado, como no caso dos royalties do petróleo e no fortalecimento da indústria fluminense, principalmente na área automotiva.



Luiz de Paula/Agência Senado

Vanessa comunica novos recursos para polo industrial

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) informou ontem, em Plenário, que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aprovou R\$ 1 bilhão em novos investimentos no Polo Industrial de Manaus e outras localidades da Amazônia Ocidental.

Os recursos, disse a senadora, financiarão 59 projetos industriais, que devem gerar cerca de 2 mil empregos na região. Vanessa informou ainda que o Centro de Biotecnologia da Amazônia deve passar a ter personalidade jurídica, o que facilitará o desenvolvimento de pesquisas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Audiência debaterá empréstimos do BNDES a Eike Batista

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, deve participar de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira para discutir a política de operações creditícias feitas ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista. O convite atende requerimento de Ana Amélia (PP-RS).

Coutinho deverá ser questionado pelos senadores também sobre as perspectivas dos investimentos do BNDES para o quadriênio 2013-2016, o balanço operacional e financeiro do banco e a expectativa de financiamento de longo prazo no Brasil.

Eduardo Suplicy defende mudanças na Lei de Licitações

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a atualização da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993), ao lembrar que a norma foi aprovada quando ainda não havia o avanço tecnológico atual, que permite o uso do pregão eletrônico e da internet.

Suplicy disse que o projeto que modifica a lei, em análise no Senado, vai considerar esses aspectos. Ele saudou o trabalho da relatora da comissão especial que examina a matéria, Kátia Abreu (PSD-TO), que tem usado como base parecer de Suplicy aprovado na CAE em 2009.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dirigente da Previc afirma que sistema é saudável

Convidado a falar sobre os recentes prejuízos sofridos pelos fundos estatais de pensão, dirigente afirmou que insucessos estão sob avaliação e apresentou dados sobre a solidez do sistema previdenciário no país

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo, confirmou que o órgão está avaliando com atenção eventos no setor financeiro e no mercado de ações que estão sendo apresentados como causadores de prejuízos a fundos de pensão de empresas estatais. Entre os casos, estão as liquidações dos Bancos Cruzeiro do Sul, BVA e Real, além da queda das ações de empresas do Grupo EBX, do empresário Eike Batista.

A informação foi prestada durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS). O objetivo foi debater a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão brasileiros em relação aos investimentos de alto risco. No requerimento, a autora cita explicitamente o Grupo EBX, do setor de mineração, que hoje acumularia perda patrimonial ao redor de R\$ 25 bilhões.

Rabelo explicou aos senadores que a Previc mantém uma rotina de análises e fiscalizações baseada em matriz de riscos. Porém, disse que as ações também levam em conta



Waldemir Moka (E) preside audiência para ouvir José Maria Rabelo, da Previc

indícios como a volatilidade de cotações e indicadores de mercado, bem como notícias. Ele observou que eventual insucesso com um investimento leva o órgão a fazer um exame de todo o processo percorrido, com avaliação das condições e do contexto em que as decisões de investimento foram tomadas.

Rabelo expôs aos senadores um conjunto de dados para demonstrar que o sistema brasileiro de fundos de pensão é saudável. Nos últimos nove anos, conforme observou, a rentabilidade geral dos fundos chegou a 266%, quando a meta era 171%. Ele destacou que o resultado foi superior ao desempenho do Iboves-

pa, formado pelas ações que geram maior movimento na bolsa paulista, que, no mesmo período, ficou em 156%.

O diretor da Previc disse ainda que as regras atuais destinadas à proteção dos investimentos são satisfatórias, não havendo necessidade urgente de ajustes.

Ana Amélia, que propôs a audiência, e o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), observaram a importância de medidas preventivas para evitar que fundos de pensão entrem em colapso, sem ter recursos para cobrir os compromissos com os associados, como acontece como o Aerus, de empresas do setor aéreo já extintas.

Ana Amélia aponta falta de transparência

Ao comentar a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre os problemas das aplicações de alto risco de fundos de previdência complementar, Ana Amélia (PP-RS) alertou para a necessidade de maior transparência e segurança nas aplicações financeiras dessas entidades.

Para a senadora, os depoimentos ouvidos na reunião, como o do diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo, revelaram de maneira clara

que muitos dos participantes dos fundos complementares têm dúvidas e informações



Ana Amélia: aplicações dos fundos de pensão precisam ser transparentes

escassas sobre o funcionamento deles e a segurança das aplicações.

— Esses trabalhadores precisam de dados e medidas que garantam a rentabilidade dos fundos. A segurança dessas instituições é também um porto seguro para suas poupanças — disse.

A senadora afirmou ainda que, “infelizmente”, nem todas as dúvidas que pairam sobre a gestão dos fundos puderam ser esclarecidas durante a audiência pública devido a impedimentos legais para a divulgação pública.

Mais Médicos será debatido com participação popular amanhã

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã, às 9h, audiência pública sobre o Programa Mais Médicos, com a participação do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Criado pela Medida Provisória 621/2013, o programa tem pontos polêmicos, como a contratação de médicos estrangeiros sem revalidação do diploma e a exigência de estágio de dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) pelos recém-formados.

O debate, sugerido pela presidente da comissão, Ana Rita (PT-ES), oferece a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania. Também é possível a interação via Facebook, Twitter e Alô Senado

(veja quadro). As perguntas e os comentários podem ser enviados desde já.

Também foram convidados Maria do Socorro de Souza (Conselho Nacional de Saúde), Jorge José Solla (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), José Fortunati (Frente Nacional de Prefeitos), Geraldo Ferreira Filho (Federação Nacional dos Médicos) e o professor Heleno Corrêa Filho (Unicamp).

Na semana passada, foram definidos os nomes do presidente e do relator da comissão mista do Congresso encarregada de fazer a análise da MP antes das votações nos Plenários da Câmara e do Senado. A presidência ficará a cargo do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) e a relatoria caberá ao deputado Rogério Carvalho (PT-SE). O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) será o relator-revisor.

Editada pelo governo no início de julho, a MP 621/2013 vale até setembro, mas pode ser prorrogada por 60 dias, até novembro.

PARTICIPE AMANHÃ, ÀS 9h

- ▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CDHMaisMedicos>
- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@_e_cidadania](https://twitter.com/_e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Renan diz a taxistas que há acordo para garantir hereditariedade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem, durante reunião com comitiva de taxistas, que há acordo para garantir a hereditariedade das permissões para a categoria. O dispositivo da Lei 12.844/2013, que previa a transmissão da autorização de pai para filho, foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, mas deverá ser incluído por meio de emendas à Medida Provisória (MP) 615/2013.

A MP foi editada para autorizar o pagamento de subvenção econômica aos produtores, da safra 2011-2012, de cana-de-açúcar e etanol da Região Nordeste. O relator, Gim (PTB-DF), avalia que concluirá o parecer na próxima semana.

— É muito melhor um acordo do que ajuizar o tema e ficar sem solução — afirmou, salientando que tem

conversado com o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, para garantir a constitucionalidade do texto.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), que acompanhou os taxistas, lembrou que a hereditariedade foi longamente debatida pelos parlamentares. Segundo ele, a troca do termo “permissão” por “autorização” pode viabilizar a legalidade da proposta. Segundo ele, tanto o Ministério Público como os tribunais de contas têm apontado a necessidade de licitação para a permissão, o que não seria necessário para as autorizações.

— Então essa é a mudança-chave. Sem isso, você não consegue materializar o objetivo final, que é que eles possam ter o serviço de táxi também como um negócio. E esse negócio pode ajudar a família do taxista — explicou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)



Alvaro Dias (D) apresentou relatório contrário à aprovação pela Comissão de Educação, presidida por Cyro Miranda (E)

Comissão de Educação rejeita isenção de ISS à Fifa

Relator questionou delegação de atribuições exclusivas da União para os municípios. Contrários à proposta alegaram prejuízo aos municípios; defensores lembraram compromissos assumidos antes

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) rejeitou ontem projeto de lei de autoria da Presidência da República que autoriza os municípios e o Distrito Federal a concederem isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) à Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). De acordo com proposta, a Fifa ficaria isenta do ISS para fatos relacionados com a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

O Projeto de Lei da Câmara 107/2012 — Complementar faz parte dos compromissos assumidos pelo governo federal com a Fifa para sediar os eventos esportivos. A matéria, agora, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

O relator da matéria na CE, Alvaro Dias (PSDB-PR), argumentou que a definição dos serviços sujeitos ao ISS, bem como a fixação de alíquotas e a concessão de benefícios

fiscais, entre outros pontos, devem ser tratadas em lei complementar federal, conforme determinação constitucional.

A proposta, disse o senador, não regula a forma e as condições como os benefícios fiscais podem ser concedidos, nem fixa as alíquotas mínima e máxima. O projeto de lei, explicou, autoriza os municípios a executarem essa tarefa. Na avaliação dele, o Parlamento não pode delegar as atribuições às câmaras municipais.

— Os municípios não podem reduzir a alíquota do ISS para valores inferiores a 2%, tampouco conceder isenção para esse imposto, sob pena de inconstitucionalidade — explicou Alvaro.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ser contrário a qualquer projeto que reduza receitas dos municípios. Ele afirmou que essas unidades da Federação já enfrentam problemas financeiros e muitos deles não recebem transferências por estarem inadimplentes.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também argumentou que os municípios já são prejudicados ao receberem a responsabilidade de arcar com a maior parte dos investimentos em educação e saúde. O senador disse ainda que a sociedade não foi consultada sobre o grau de submissão a que estaria submetida com a concordância em sediar a Copa do Mundo de 2014.

— A União quer impor aos municípios mais isso; que renunciem a uma receita em nome de uma entidade internacional, reconhecidamente corrupta, para atender os favores desta — disse Randolfe.

Ao pedir a aprovação do texto, Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou que os estados tiveram interesse em sediar o evento e assinaram os compromissos em caderno de encargos.

— São compromissos que antecedem a decisão da Fifa de escolher o Brasil como sede. Não tem como fazer diferente — disse Anibal.

Valor da matrícula poderá ser descontado de anuidade escolar

O valor pago a título de matrícula ou reserva de vaga deve ser descontado do total da anuidade ou semestralidade escolar. A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo de João Alberto Souza (PMDB-MA, foto) a projeto (PLS 217/2009) de Valdir Raupp (PMDB-RO) com esse objetivo. Caso haja desistência do aluno, o texto prevê que a multa pelo cancelamento será de, no máximo, 20% do valor da matrícula.

Aprovado em decisão terminativa, o texto aperfeiçoa a lei que trata do valor das anuidades escolares (Lei 9.870/1999) para adequá-la à interpretação que os órgãos de defesa do consumidor já vêm adotando. A lei vigente já considera o valor pago por reserva de vaga ou matrícula, ressaltou o relator, como parte da anuidade, mas dividida em 6 ou 12 parcelas mensais.



Texto de João Alberto regulamenta também multa por desistência

— Embora a redação do projeto contemple a possibilidade de que esse abatimento ocorra no conjunto das parcelas, o desconto na primeira delas evidencia o preceito de que o valor da matrícula compõe o montante da anuidade escolar — ressaltou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), para quem as medidas protegem os alunos da rede privada.

Aprovado projeto de oferta de cursos de extensão para idosos

Instituições públicas de educação superior podem ser obrigadas a oferecer cursos permanentes de extensão para pessoas idosas. Substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) a projeto (PLS 344/2012) de Cristovam Buarque (PDT-DF) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa.

Assim como o autor, o relator observou que vem crescendo a participação dos idosos de forma ativa na sociedade e no mercado de trabalho. Isso, ressaltou Paim, resulta em crescente demanda por ações de

educação que atendam as necessidades deles. Com a aprovação da proposta, argumentou Paulo Paim, serão ampliadas as ofertas de qualificação e especialização para os idosos e, com isso, aumentarão as chances de trabalho remunerado.

De acordo com o texto aprovado, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) é alterado para tornar permanentes cursos e programas de extensão para a terceira idade, presenciais ou a distância, em universidades, faculdades, centros universitários e institutos de ciência e tecnologia.

Paulo Davim condena vandalismo em protestos



O senador Paulo Davim (PV-RN) condenou os atos de violência que “passaram a ser rotina” em manifestações populares, salientando que a sociedade não pode

conviver com o vandalismo. Ele criticou os participantes de mobilizações que cobrem os rostos para não terem a identidade revelada e pediu providências policiais contra os atos, que classificou como contrários à democracia.

Davim qualificou os que se utilizam dos protestos para depredar o patrimônio público e privado como baderneiros. Ele afirmou, em pronunciamento ontem, que “a sociedade está acuada”.

O parlamentar disse que as cobranças a governantes representam o amadurecimento da democracia brasileira, mas observou que a sociedade não pode aceitar de forma silenciosa os atos de violência que têm sido registrados.

Wellington relata visita a municípios no Piauí



Wellington Dias (PT-PI) registrou ontem em Plenário visitas que fez a vários municípios do Piauí. Durante as visitas, relatou, teve a oportunidade de se

encontrar com a população local em solenidades de inauguração de prédios públicos e abertura de exposição agropecuária, além de visita a estação de tratamento de esgoto.

Na cidade de Parnaíba, por exemplo, Wellington Dias destacou a participação na inauguração de uma unidade básica de saúde localizada em bairro pobre da periferia da cidade.

Ele citou a contratação de dois médicos pelo Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Pro-vab), do Ministério da Saúde. Segundo Wellington, depoimento dos médicos comprova que há estrutura adequada para atuação no interior.

Mozarildo defende modernização da Maçonaria



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou o Dia do Maçom, celebrado ontem, e defendeu a modernização da Maçonaria.

— Precisamos ser proativos. Não podemos colaborar tão pouco com a sociedade — disse.

Mozarildo defendeu uma atualização filosófica e uma maior inserção da Maçonaria na sociedade. O senador negou que a Maçonaria tenha “pacto com o demônio” e informou que um candidato a maçom precisa ter a aprovação da esposa e praticar uma religião.

— Na Maçonaria, temos católicos, evangélicos e judeus. Por que não buscamos um entendimento com as religiões? Precisamos de uma Maçonaria moderna — pediu o senador.

Mozarildo foi candidato à presidência do Grande Oriente do Brasil, no início do ano, mas perdeu a eleição.

“Dilma não gosta do Pará”, afirma Mário Couto



Em pronunciamento ontem, Mário Couto (PSDB-PA) disse que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff “não gostam do Pará”,

ao criticar a falta de repasse de verbas federais para a área de saúde.

O senador afirmou que, “em toda a sua vivência política, nunca viu uma governadora tão ruim” como Ana Júlia Carepa, que governou o Pará de 2007 a 2011.

Mário Couto ressaltou que “Dilma é perversa com o estado do Pará, não gosta do Pará” e que, de 2011 a 2013, o governo federal não repassou “nada, absolutamente nada” para a saúde do estado. Se não fosse o governador Simão Jatene, afirmou, “não teríamos hospitais e saúde, não é aquilo que queremos ainda, mas pelo menos estamos fazendo esforço”.

Indústria vê hora de decisão sobre futuro do Mercosul

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, representantes da indústria criticaram a falta de estabilidade nas regras do bloco e defenderam que o Brasil comece a flexibilizar o Mercosul

A POSSIBILIDADE DE flexibilizar as regras do Mercosul, com a transformação do bloco em um acordo de livre comércio, foi o principal tema discutido durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Hoje, o Mercosul é uma união aduaneira, em que há a aplicação de uma tarifa externa comum ao comércio com outros países. As várias exceções a essa tarifa comum foram criticadas pelos debatedores.

— Há um excesso de exceções e perfurações na tarifa — afirmou o diretor do Departamento de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti.

Outra dificuldade apontada é a falta de estabilidade das regras. Os debatedores citaram regras não tarifárias impostas pela Argentina, que fazem produtos brasileiros ficarem parados na aduana, queixa repetida por Ana Amélia (PP-RS).

Para o diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José

Augusto Coelho, os acordos entre países de fora do Mercosul não explicam, sozinhos, a perda de mercado do Brasil, mas têm um peso que precisa ser avaliado no processo de exclusão do país do comércio global. Por esse motivo, Coelho afirmou que o Brasil precisa testar o grau de flexibilização do Mercosul, opinião seguida pelo representante da Fiesp.

Clodoaldo Huguene, consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, disse não ver contradição entre uma união aduaneira e um princípio de negociação em separado. Ele considera

que o mercado para produtos manufaturados brasileiros no Mercosul é importante, mas cria uma dependência e prejudica a competitividade.

O alto representante-geral do Mercosul, Ivan Ramalho, lembrou que as negociações serão possíveis aos outros países do bloco, que podem deixar de comprar do Brasil. Ele defendeu as negociações com a União Europeia, mas em bloco.

Roberto Requião (PMDB-PR) demonstrou não acreditar no sucesso de um acordo com a União Europeia. Para ele, a crise faz com que a Europa busque consumidores.



Ricardo Ferraço (C) preside audiência sobre as relações comerciais no Mercosul

País deve evoluir na segurança de dados na rede

O Brasil possui hoje um dos melhores modelos de governança de internet do mundo, na avaliação de Hartmut Glaser, secretário-executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), órgão responsável por controlar o registro de domínios da internet no país.

Em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ontem, Glaser informou que cerca de 50% da população brasileira em 2013 tem acesso à internet. No país, já existem 4 milhões de domínios registrados, sendo 3,3 milhões no endereço .br. Há 20 anos, existiam apenas mil domínios desse tipo.

Os participantes da audiência concordaram que ainda há muito o que avançar nesse setor, principalmente em dois aspectos: o marco legal

e a qualidade dos sistemas de segurança.

Para Marcelo Bechara, conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o modelo de governança brasileiro é extremamente eficiente quanto aos princípios e diretrizes do uso da internet, mas precisa se modernizar diante dos problemas reais, que precisam de soluções concretas.

— A internet é um lugar onde as pessoas fazem negócios, são ofendidas e ofendem, cometem crimes — alertou.

Sobre o comitê gestor, Bechara lamentou a ausência de representantes do Ministério da Justiça e do Poder Legislativo na composição.

Um dos caminhos para avançar na discussão sobre privacidade e segurança de dados é o aumento de investimento em pesquisas tecnológicas,

afirmou o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no CGI.br, Rafael Henrique Moreira.

Sérgio Souza (PMDB-PR), um dos autores do requerimento do debate, lembrou que o Congresso já aprovou leis com relação a temas como crimes eletrônicos, tributação no comércio eletrônico e uso indevido de imagens privadas.

— Mas temos de rever situações de privacidade e de segurança. Temos de avançar para a criação de organismo internacional que discuta a questão — propôs, argumentando que a internet precisa de uma entidade mediadora, a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A audiência pública contou também com a participação de internautas, que enviaram perguntas aos palestrantes.



Jorge de Paula Avila, Hartmut Glaser, Marcelo Bechara, senador Zeze Perrella, Rafael Henrique Moreira e Demi Getschko

Senado pede esclarecimentos a embaixador britânico sobre detenção de brasileiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), informou ontem ter encaminhado pedido de esclarecimentos ao embaixador do Reino Unido no Brasil, Alexander Ellis. Para Ferraço, o embaixador precisa explicar os motivos que levaram a polícia britânica a deter o brasileiro David Miranda no Aeroporto de Heathrow, em Londres.

Em comunicado à imprensa, a embaixada britânica afirmou que a detenção do

brasileiro no Aeroporto de Heathrow, com base na lei antiterrorismo, foi uma questão operacional da Scotland Yard, polícia metropolitana de Londres. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, questionou a decisão, que considerou “injustificável”.

Para Ricardo Ferraço, a justificativa apresentada pelo Reino Unido — a lei antiterrorismo — não é cabível, já que não há qualquer acusação nesse sentido contra o brasileiro.

Aprovados três acordos internacionais de cooperação técnica e isenção de vistos

O Plenário do Senado aprovou ontem três acordos internacionais. Um dos acordos (PDS 38/2013) trata da cooperação técnica entre o governo do Brasil e o de Santa Lúcia — pequeno país insular, na região do Caribe. Outro acordo aprovado (PDS 39/2013) prevê a cooperação técnica entre o Brasil e o Reino do Lesoto, país do sul da África.

Ambos os acordos buscam fortalecer os laços de amizade entre os povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e o desenvolvimento

socioeconômico dos países envolvidos, com ênfase no desenvolvimento sustentável.

Já o acordo entre o Brasil e a Geórgia (PDL 122/2013) trata da isenção parcial de vistos para portadores de passaportes comuns, buscando estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países. O acordo vai possibilitar a brasileiros e georgianos o ingresso, a saída, a permanência e o trânsito no território do outro país, para fins de turismo e negócios, sem a necessidade de visto.

Avança projeto que incentiva lan houses a se tornarem centros de inclusão digital

As chamadas *lan houses* poderão receber incentivos do governo e se transformar em centros de inclusão digital, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLC 28/2011, já aprovado na Câmara, recebeu relatório

favorável do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Para o relator, um dos méritos do projeto é não aumentar os gastos públicos para incentivar os centros. Ferraço afirmou que a proposta vai encorajar as *lan houses* a saírem da informalidade.

Convocadas duas audiências públicas para debater Marco Civil da Internet

A realização de duas audiências sobre o Marco Civil da Internet foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). As audiências serão realizadas nos dias 27 e 29 de agosto, às 9h.

O requerimento foi apresentado pelo senador Vital

do Rêgo (PMDB-PB), que chamou de vexatória a posição do Brasil perante os organismos internacionais devido à demora em aprovar o Marco Civil da Internet. O projeto que trata do assunto (PL 2.126/2011) tramita na Câmara.

Pedido do registro de desenho industrial pode ter prazo de sigilo ampliado

O prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial poderá ser ampliado de seis meses para até um ano. A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto de lei (PLS 461/2012) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que dilata esse prazo, contado a partir da

data de depósito do pedido.

“Com o aumento do prazo para até um ano, pretende-se propiciar oportunidade para maior proteção internacional aos desenhos industriais registrados no Brasil”, explicou o relator, senador José Agripino (DEM-RN), no parecer pela aprovação da medida.